



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº100 DE 2020.
PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 331/2020

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

I – RELATÓRIO E VOTO.

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei nº 100 de junho de 2020, de autoria da Senhora Deputada Teresa Britto que tem a seguinte ementa: **“INSTITUI O PROGRAMA EMPRESA AMIGA DA SAÚDE NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Em fundamento à sua pretensão, a Deputada, pretende instituir um programa estadual com o intuito de estimular a contribuição gratuita de Pessoas Jurídicas de direito privado para a melhoria do sistema de saúde do Estado, através de doações de bens móveis e de realização de obras e serviços de conservação, manutenção e ampliação das unidades de saúde do Estado.

A proposição destaca ainda que as referidas doações e serviços ficarão adstritos ao cronograma de licitações e contratos existentes no planejamento da Secretaria de Estado da Saúde-SESAPI. Destaca, por fim, que não haverá em hipótese alguma ônus para a Administração pública nem a concessão de quaisquer privilégios aos donatários.

A doação é uma transferência voluntária de bens, por parte de particulares. Trata-se de um instituto típico do Direito Civil, consubstanciado num contrato firmado entre as partes. No caso em tela, por se dar entre particulares e o poder público, está sujeito a algumas solenidades exigidas para todas as doações, mas em especial por se tratar de ente público, que deve obedecer aos princípios da legalidade e da moralidade. É uma condição de eficácia.

Observados os princípios que regem a Administração Pública, as doações devem ter por finalidade a promoção de melhorias na gestão pública, ou seja, devem ser direcionadas a determinado órgão ou entidade pública. Dessa forma, o doador mitiga riscos relativos à violação do princípio da moralidade administrativa e, principalmente, questionamentos sobre benefícios indevidos a agentes públicos.

Analisando a constitucionalidade, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pela Deputada reveste-se de boa forma constitucional atendendo aos requisitos do art. 75 da constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, minha manifestação é favorável à constitucionalidade do projeto de lei.

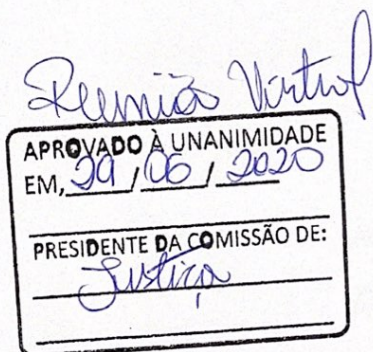
II – DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, __ de junho de 2020.

Dep. Francisco Limma/PT
Relator



Dep. B. Sot
Dep. Luciano Paulo
Dep. Francisco Costa
Dep. Gessivaldo Soares
Dep. Eraldo Gomes
Dep. João de Deus
Dep. Gerardo Eulálio

